

MANIFESTAÇÃO REUNIU MAIS DE MIL ALUNOS

Adesão dos estudantes superou expectativas

Jovens saíram à rua

Os estudantes do ensino secundário voltaram ontem, uma vez mais, às ruas em várias cidades do País para protestar contra a revisão curricular e a não aplicação da lei de educação sexual.

Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Faro, Tavira, Portimão, Funchal, Portalegre, Sines, Beja e Évora foram as cidades onde os estudantes do ensino secundário se manifestaram, tendo na capital o protesto juntado, segundo informações da polícia, cerca de sete mil alunos junto à Assembleia da República.

Apenas nos Açores, o compromisso do Governo Regional permitiu as aulas.

Aos estudantes concentrados frente ao Parlamento foi anunciado pela deputada comunista Luísa Mesquita que o decreto-lei que institui a revisão curricular vai ser sujeito a apreciação parlamentar no próximo dia 23.

O PCP entende que o governo não ouviu os principais parceiros educativos, pais, estudantes e professores (a acção de protesto é apoiada pela Federação Nacional dos Professores) e não atendeu às alterações propostas.

Em Lisboa e Coimbra os estudantes queimaram simbolicamente a revisão curricular e, no Porto, a Polícia de Segurança Pública impediu o acesso dos manifestantes à Direcção Regional de Educação do Norte (DREN). No último protesto dos estudantes do secundário, no dia 28, registaram-se alguns confrontos entre os alunos e a polícia no Porto junto às instalações da DREN.

Ontem, no Funchal, a concentração foi marcada por alguns incidentes, tendo os alunos atirado ovos e água e derrubado um poste, situação criticada pelo presidente da associação de estudantes de uma das escolas.

O secretário regional de Educação da Madeira garantiu a uma delegação de estudantes que as aulas de educação sexual serão ministradas na disciplina de Educação Cívica e, num comunicado, adiantou que será apresentado no Parlamento madeirense uma proposta de adaptação regional dos diplomas que regem a revisão curricular.

O seu homólogo dos Açores foi mais longe e comprometeu-se a impedir a introdução de aulas de 90 minutos em estabelecimentos escolares do arquipélago, garantindo a introdução da educação sexual no próximo ano lectivo.

festação estudantil de ontem, é possível que enquanto não houver diálogo entre alunos e Governo, as palavras de ordem continuem a ser «Não à Revisão!».

Professores solidários com os alunos

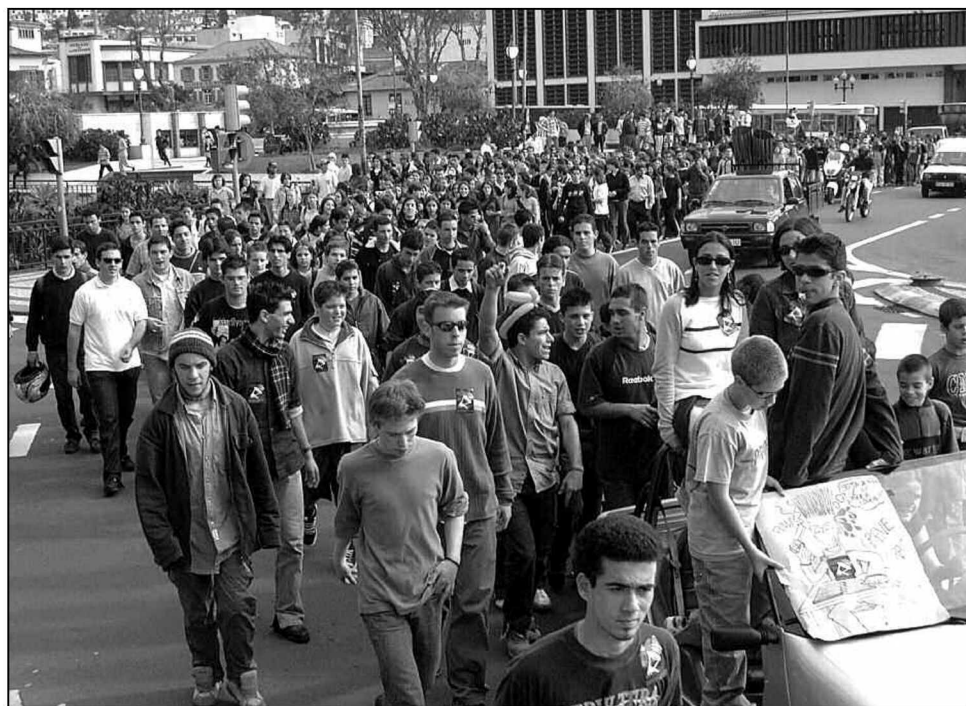
O Sindicato dos Professores da Madeira está, «de certa maneira», solidário com a greve dos alunos por causa da reforma curricular. Pelo menos, foi essa a ideia expressada, ontem, pela dirigente Júlia Carré.

As razões para esta posição devem-se ao facto do Ministério da Educação ter partido, nesta matéria, «de pressupostos errados».

Além do mais, acusa o Ministério da Educação de não ter ouvido os agentes «directamente envolvidos» no assunto (professores e pais).

De qualquer forma, reconhece que «o sistema de ensino, como está neste momento, não satisfaz ninguém», pois existe «muito descontentamento», fruto, por exemplo, do «insucesso e abandono escolar».

ANA CORREIA MARTINS/
EMANUEL BENTO
acorreia@dnnoticias.pt
ebento@dnnoticias.pt



A manifestação dos alunos reuniu largas centenas de estudantes insatisfeitos.

- No Funchal, mais de um milhar de estudantes manifestaram-se contra a reforma curricular.

A manifestação dos estudantes do ensino básico e secundário contra a reforma curricular, que decorreu na manhã de ontem na cidade do Funchal, «superou todas as expectativas».

Este foi o balanço realizado por Idalécio Santos, presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Ângelo Augusto da Silva, acerca da mobilização que reuniu mais de um milhar de jovens.

Apesar de uma moção estudantil ter sido entregue a Francisco Fernandes, secretário regional da Educação, e de este ter assumido um compromisso com os estudantes relativamente a um diálogo, Idalécio Santos não quis deixar de salientar que «está quase tudo na mesma».

De acordo com este responsável pela mobilização de ontem, a grande bandeira daquele que foi o dia nacional de luta, era a

suspensão da revisão curricular, «para que os alunos possam ser ouvidos», algo que obviamente não aconteceu.

Idalécio Santos referiu que os estudantes estão agora à espera dos resultados destas manifestações ao nível nacional, para começar a preparar as próximas iniciativas.

Para além das sete escolas do Funchal que participaram na greve de ontem (Horácio Bento de Gouveia, APEL, Jaime Moniz, Francisco Franco, Le-

vada, Gonçalves Zarco e Bartolomeu Perestrelo), alguns estabelecimentos de ensino de outros concelhos da Região também registaram adesão àquela acção.

Na Escola Básica e Secundária da Camacha, assim como a do Caniço, Machico, São Vicente, Porto Santo e a Escola da Torre, em Câmara de Lobos, muitos foram os alunos que decidiram manifestar-se localmente.

Apesar de na maioria destes estabelecimentos

de ensino não se ter registado incidentes, na escola da Torre o dia foi marcado por actos de vandalismo cometidos não só por alunos, como também, e na generalidade, por indivíduos externos à escola.

No Funchal, os únicos incidentes registaram-se no edifício do Governo Regional, na Avenida Arriaga, quando alguns estudantes atiraram ovos à parede do edifício e derrubaram um poste nas imediações daquele.

Apesar da grande mani-

GOVERNO REGIONAL DEFENDE

Sistema educativo deve ser regionalizado

O Governo Regional, em conjunto com a Secretaria Regional de Educação, veio, ontem, após a manifestação dos alunos do ensino secundário, defender que é sua pretensão continuar a lutar para que se estabeleça uma política educativa própria da Região.

De acordo com o comunicado enviado pelo Executivo regional, o objectivo é criar uma política mais «atenta aos interesses específicos da Região Autónoma da Madeira, sem prejuízo do necessário tronco comum ao sistema educativo nacional».

Relativamente à reforma curricular, cuja entrada em vigor está prevista para o próximo ano lectivo,

o Governo Regional advoga ser necessária uma adaptação dos diplomas que regem aquela revisão do sistema educativo e sublinha que as opiniões emitidas em diversas alturas pela Assembleia Legislativa Regional «não foram contempladas na legislação nacional produzida pelo Governo da República».

Além do mais, o Executivo da Região defende ainda que uma revisão curricular, como esta que se encontra envolta em polémica, deve ser discutida por todos os parceiros sociais, como por exemplo, os representantes dos alunos, encarregados de educação, professores e funcionários, nomeadamente nas questões referentes à Educa-

ção Cívica, Educação Sexual, meios de avaliação, entre outras.

Relativamente à duração das aulas e ao calendário escolar, o Governo Regional e a Secretaria da Educação afirmam que as aulas de 90 minutos «só serão concretizadas se tal for entendido como benéfico para os alunos e professores, prevalecendo um princípio de autonomia escolar que permite transformar tais aulas em duas unidades de 45 minutos cada».

No que concerne ao calendário escolar, este deverá permanecer como factor de aprovação regional, de modo que não esteja previsto aumento do período de aulas nem redução do período de férias.

PS - MADEIRA RECORDA

Reforma curricular foi aprovada pelo PSD

O Partido Socialista da Região veio ontem recordar que a Secretaria Regional da Educação, assim como outros parceiros sociais relacionados, deram parecer favorável e aprovaram unanimemente os diplomas de revisão curricular do ensino básico e secundário, analisados durante o ano transacto pela Comissão Parlamentar Especializada da Educação.

Segundo o PS-M, é lamentável a «manipulação» desta greve estudantil por parte da Secretaria Regional competente, sendo que tomam este apoio como «demonstrativo da incapacidade do Governo Regional em gerir o sistema educativo».

Esta incapacidade reflecte-se, essencialmente, no facto de a comunidade educativa não ter sido esclarecida atempadamente

e também no modo como o Executivo está a utilizar os estudantes como «arma de arremesso político ao Governo da República».

Os socialistas defendem que é deste modo que se clarifica quem promove, e com que objectivos, «a bandalheira na educação», expressão utilizada pelo presidente do Governo Regional, para definir uma situação provocada, segundo os primeiros, em grande parte pela Secretaria da Educação e pelo próprio Executivo.

O partido em causa sublinha ainda que «a Educação é um designio nacional e que não pode, naquilo que é fundamental, estar sujeita a permanentes e injustificados ruídos de fundo, sobretudo quando não está em jogo qualquer interesse específico da Região».